



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº11.04.0011/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Credenciamento de Microempreendedores Individuais (MEIs) para prestação de serviços de pequenos reparos de bens móveis e imóveis nas secretarias da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL, bem como para prestação de outros serviços diversos e temporários, de forma não exclusiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O prazo de vigência deste credenciamento é indeterminado contados da publicação do edital, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência das notas de empenho decorrentes de presente credenciamento, será de 1 ano;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

2. Item	Serviço	Descrição	Cod. Atividade	Unidade de medida	Valor Unitário	Quantidade estimado no ano ¹	Valor Máximo estimado Anual	Limite para rodízio	EPI's	Comprovação de experiência/qualificação na área de atuação
01	Azulejista	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	4330-4/05	Hora	R\$ 22,13	2088	R\$ 46.204,44	R\$4.000	Botas de segurança, capacete, óculos contra impacto e luvas.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador/contratante <u>OU</u> curso profissionalizante na área.

¹ A quantidade é o total de horas pagas para a realização da atividade demandada, levando em conta o dia útil com 8 horas cada.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

02	Bombeiro Hidráulico /Encanador	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	4322-3/01 4322-3/01	h ** Atividades diferentes?	25,69	2088	R\$ 53.640,72	R\$4.000	Botas de segurança, luvas e óculos contra impacto.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador/contratante <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
03	Calheiro	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	4399-1/99	h	21,72 ²	1044	R\$ 22.675,68	R\$4.000	Botas de segurança, capacete, óculos contra impacto, luvas, cinto de segurança tipo paraquedista, talabarte, trava quedas.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador/contratante <u>OU</u> curso profissionalizante na área. Certificado de capacitação em NR 35.
04	Carpinteiro	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO	1622-6/99	h	21,23 ³	2088	R\$ 44.328,24	R\$4.000	Abafador de ruídos, botas de segurança, capacete, protetor solar, luvas de raspa, óculos contra impacto.	-

² (Mesma referência de Telhadista SINAPI 88323)

³ (Mesma referência a AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES SINAPI 88241)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

05	Chaveiro	CHAVEIROS	9529-1/02	h	19,02 ⁴	1152	R\$ 19.856,88	R\$4.000	-	-
06	Capoteiro	SERVIÇOS DE CAPOTARIA	4520-0/08	h	19,02 ⁵	1044	R\$ 39.713,76	R\$4.000	-	-
07	Eletricista ELETRICISTA EM RESIDÊNCIAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS INDEPENDENTE	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	4321-5/00	h	26,81	2088	R\$ 65.979,28	R\$4.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>E</u> curso profissionalizante na área. Certificado de capacitação em NR 10.
08	Limpeza de Fossa	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES	3702-9/00	m ³	50,00 ⁶	1044	R\$ 52.200	R\$4.000	Luvas, vestimenta impermeável, óculos de segurança e botas.	-

⁴ (Mesma referência a AjudanteEspecializado SINAPI 88243)

⁵ (Mesma referência a AjudanteEspecializado SINAPI 88243)

⁶ Segundo a tabela ORSE



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

09	Gesseiro	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	4330-4/03	h	18,35	2088	R\$ 38.314,80	R\$4.000	Botas de segurança, capacete, luvas de borracha, óculos contra impacto, máscara com filtro.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
10	Instalador de forros PVC			h	17,89 ⁷	2088	R\$ 37.354,32	R\$4.000	-	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
11	Instalador de películas			h	18,33 ⁸	973	R\$ 17.835,09	R\$4.000	-	-
12	Jardineiro	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	8130-3/00	h	19,07	2088	R\$ 39.818,16	R\$4.000	Luvas, camisa com proteção UV, boné ou chapéu, protetor solar.	-
13	Lavadeira	LAVANDERIAS	9601-7/01	h	19,02 ⁹	2088	R\$ 39.713,76	R\$4.000	-	-

⁷ (Mesma referência de MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA SINAPI 88278)

⁸ (Mesma referência de VIDRACEIRO SINAPI 88325)

⁹ (Mesma referência de AJUDANTE ESPECIALIZADO SINAPI 88243)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

14	Marceneiro MARCENEIRO (A) SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDEN TE	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCI A DE MADEIRA	3101-2/00	h	21,51	2088	R\$ 44.912,88	R\$4.000	Óculos de proteção, protetor auditivo, luva de raspa, avental de raspa, botas de segurança.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
15	Pedreiro	OBRAS DE ALVENARIA	4399-1/03	h	22,25	2088	R\$ 46.458	R\$4.000	Botas, capacete, óculos contra impacto, luvas	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
16	Pintor	SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL	4330-4/0	h	23,77	2088	R\$ 49.631,76	R\$4.000	Avental, botas, capacete, luvas de borracha, óculos contra impacto, máscara com filtro.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
17	Poceiro POCEIRO/CIS TERNEIRO/ CACIMBEIRO INDEPENDEN TE	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA S	4399-1/05	h	14,07	1044	R\$ 14.689,08	R\$ 2.000	Protetor solar, luvas de segurança, botas de segurança.	-



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

18	Prestador de serviço de Poda PRESTADOR(A) DE SERVIÇOS DE PODA SOB CONTRATO DE EMPREITADA INDEPENDENTE	SERVIÇO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURA	0161-0/02	h	19,07 ¹⁰	1044	R\$ 19.909,08	R\$ 2.000	Luvas, capacete com tela de proteção, protetor auricular, calça anticorte.	-
19	Reparador(A) De Equipamentos Hidráulicos E Pneumáticos, Exceto Válvulas, Independent e			h	20,14 ¹¹	1044	R\$ 21.026,16	R\$4.000	Botas de segurança, luvas e óculos contra impacto.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.

¹⁰ (Mesma referência para JARDINEIRO SINAPI 88441)

¹¹ (mesma referência para MONTADOR ELETROMECAÂNICO SINAPI 88279)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

20	Reparador(A) De Geradores, Transformadores E Motores Elétricos Independente	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMAD ORES E MOTORES ELÉTRICOS	3313-9/01	h	20,14 ¹²	1044	R\$ 21.026,16	R\$4.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>E</u> curso profissionalizante na área. Certificado de capacitação em NR 10.
21	Reparador(A) De Máquinas E Equipamentos Para Agricultura E Pecuária Independente	MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENT OS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA	3314-7/11	h	20,14 ¹³	2088	R\$ 42.052,32	R\$4.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
22	Reparador(A) De Máquinas E Equipamentos De Laboratório			h	29,23 ¹⁴	2088	R\$ 61.032,24	R\$4.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.

¹² (mesma referência para MONTADOR ELETROMECHANICO SINAPI 88279)

¹³ (mesma referência para MONTADOR ELETROMECHANICO SINAPI 88279)

¹⁴ (Mesma referência para ELETROTÉCNICO SINAPI 88266)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

23	Reparador(A) De Toldos E Persianas Independente	REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	9529-1/05	h	23,64 ¹⁵	1044	R\$ 24.680,16	R\$4.000	-	-
24	Serralheiro SERRALHEIRO(A), EXCETO PARA ESQUADRIAS , SOB ENCOMENDA OU NÃO, INDEPENDENTE	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS	2542-0/0	h	23,64	2088	R\$ 49.360,32	R\$4.000	Botas de segurança, avental de raspa, luvas de raspa, máscara de soldagem, óculos de soldagem, respirador com filtros, protetor auricular.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>ou</u> curso profissionalizante na área.
25	SERVENTE DE OBRA	AUXILIAR PROFISSIONAIS NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS	5199-9/99	h	18,31	2088	R\$ 38.231,28	R\$4.000	Bota de segurança, protetor auricular, luva de couro/pano, óculos de proteção, capacete	

¹⁵ (Mesma referência para SERRALHEIRO SINAPI 88315)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

26	Solda SOLDADOR(A) /BRASADOR (A) INDEPENDEN TEdor	SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA	2539-0/01	h	25,26	2088	R\$ 52.742,88	R\$4.000	Botas de segurança, avental de raspa, luvas de raspa, blusão de raspa, máscara de soldagem, óculos de soldagem, protetor auricular.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
27	Técnico De Sonorização E De IluminaçãoDI SC JOCKEY (DJ) OU VIDEO JOCKEY (VJ) INDEPENDEN TE	ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO	DISC JOCKEY (DJ) OU VIDEO JOCKEY (VJ) INDEPENDEN TE 9001- 9/06	h	29,23 ¹⁶	1152	R\$ 33.672,96	R\$4.000	-	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.

¹⁶ ((Mesma referência para ELETROTÉCNICO SINAPI 88266))



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

28	Técnico Em Refrigeração INSTALADOR (A) E REPARADOR(A) DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONA DO, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇ ÃO INDEPENDEN TE	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONAD O, DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃ O	4322-3/02	h	26,53	1152	R\$ 30.562,56	R\$4.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>E</u> curso profissionalizante na área.
----	---	--	-----------	---	-------	------	---------------	----------	--	---



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

29	Técnico Para Manutenção De Equipamentos De Informática			h	29,23 ¹⁷	1152	R\$ 33.672,96	R\$4.000	-	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
30	Técnico(A) De Manutenção De Computador Independente	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS	9511-8/0	h	29,23 ¹⁸	1152	R\$ 33.672,96	R\$4.000	-	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
31	Técnico(A) De Manutenção De Eletrodomésticos Independente	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO	9521-5/00	h	29,23 ¹⁹	1152	R\$ 33.672,96	R\$ 2.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.

¹⁷ (Mesma referência para ELETROTÉCNICO SINAPI 88266)

¹⁸ (Mesma referência para ELETROTÉCNICO SINAPI 88266)

¹⁹ (Mesma referência para ELETROTÉCNICO SINAPI 88266)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

32	Técnico(A) De Manutenção De Telefonia Independente	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	9512-6/00	h	29,23 ²⁰	1152	R\$ 33.672,96	R\$ 2.000	Luvas isolantes, óculos de segurança, calçados isolantes, capacete.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área.
33	Telhador(A)	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	4399-1/99	h	21,72	1044	R\$ 22.675,68	R\$4.000	Botas de segurança, capacete, óculos contra impacto, luvas, cinto de segurança tipo paraquedista, talabarte, trava quedas.	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área. Certificado de capacitação em NR 35.
34	Tratorista E Implementos Agrícolas			h	19,30	2088	R\$ 40.298,40	R\$4.000	-	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>E</u> carteira de habilitação categoria "C"

²⁰ (Mesma referência para ELETROTÉCNICO SINAPI 88266)



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV. URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

35	Vidraceiro De Edificações	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO	4330-4/99	h	18,33	1044	R\$ 19.136,52	R\$4.000	-	Comprovação de experiência mínima de 06 meses de trabalho, demonstrada por meio de registro em carteira de trabalho ou declaração do empregador <u>OU</u> curso profissionalizante na área
----	---------------------------------	--	-----------	---	-------	------	---------------	----------	---	--



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 2.1. Os limites para rodízio elencados na tabela do item 2 são referenciais e, portanto, a convocação do credenciado seguinte pode ocorrer atingindo valor ou quantidade aproximadamente maior ou menor que o indicado como limite, a fim de evitar a interrupção indevido de tarefa ou serviço já iniciado.
- 2.2. Os valores unitários dos serviços foram obtidos a partir das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e do Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE), sendo realizada pesquisa de preços nos moldes da IN 65/2021 - SEGES/ME para os itens não identificados mencionadas.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 5.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:*

- 5.1.1. São proibidas, ao contratado, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- a) lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- b) lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- c) queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- d) outras formas vedadas pelo poder público.

Subcontratação

- 5.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Vistoria

- 5.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 16 horas.
- 5.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. O credenciado será convocado a aceitar a nota de empenho e a ordem de serviço no prazo de 1 (um) dias úteis a partir da emissão da ordem de serviço;

- 6.1.1.2 Em situações de emergência, caracterizadas como sendo aquelas que envolvem risco de vida humana, risco de danos à pessoa, ao meio ambiente, ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema e, também, à perda de produção, o prazo para início da execução do objeto será de 24h após a emissão da ordem de serviço.

- 6.1.2. Uma vez aceita a nota de empenho e retirada a ordem de serviço, o convocado poderá dispor de 1 (um) dia útil para levantamento e indicação dos insumos necessários à prestação dos serviços.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

6.1.2.1 Os insumos identificados como necessários à consecução dos serviços serão providenciados prioritariamente pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

6.1.2.2 Identificada a ausência de algum/ns insumo/s no estoque da Ufal, o convocado deverá providenciar a orçamentação do/s material/is faltantes.

6.1.2.3 A eventual orçamentação de que trata o item 6.1.2.2 deverá ser submetida para ao fiscal designado pela Unidade municipal para aprovação prévia

6.1.2.4 Uma vez aprovada a orçamentação mencionada no item anterior, o contratado deverá providenciar às suas expensas os itens e proceder à execução dos serviços indicados na ordem de serviços.

6.1.2.5 O reembolso dos insumos adquiridos pelo contratado será realizado de acordo com os prazos e procedimentos previstos no item 8.8 deste Termo de Referência

6.2. Os serviços serão prestados de acordo com as demandas das secretarias do município, em prazos definidos na ordem de serviço emitido após a abertura da nota de empenho.

6.3. É vedado ao credenciado escolher o serviço que deseja realizar, bem como a quantidade mínima de serviços que pretende desenvolver.

6.4. Na hipótese de acudirem menos interessados que a demanda da Administração, cada credenciado contratado, assim que concluir o serviço que lhe fora incumbido, poderá receber nova demanda.

Local e horário da prestação dos serviços

6.5. Os serviços serão prestados em horário de segunda à sexta, das 08h às 17h, no endereço das secretarias solicitantes das demandas, endereço esse que será repassado ao profissional que prestará o serviço de seu rodizio.

Rotinas a serem cumpridas

6.6. A execução contratual observará as rotinas:

6.6.1 Aceite da nota de empenho e recebimento da ordem de serviço;

6.6.2 Definição de insumos necessários, quando for o caso;

6.6.3. Orçamentação de insumos não disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema, quando for o caso;

6.6.4 . Autorização para compra de insumos, quando for o caso;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

6.6.5. Execução dos serviços;

6.6.6. Emissão do relatório definitivo da gestão e fiscalização

6.6.7. Emissão da Nota Fiscal dos serviços e dos insumos

6.6.8. Pagamento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.7.1. Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos e estruturas prediais e de espaços das secretarias da Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema

6.7.2. Serviços de pequena monta e não necessariamente executados de forma periódica.

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. Após o aceite da nota de empenho, a Prefeitura de Santana do Ipanema poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Fiscalização Técnica

- 7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na ordem de serviço, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 7.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).
- 7.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 7.14.1. Pontuação do Instrumento de Medição de Resultados (IMR)
 - 7.14.2. Emissão de relatório de fiscalização para consideração do gestor do contrato



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Gestor do Contrato

- 7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 8.6.A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme anexo I deste Termo de referência.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

8.6.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.6.1.1. não produzir os resultados acordados

8.6.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.6.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.8. O reembolso de que trata o item 6.1.2.5, relativo aos insumos não disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema e adquiridos pelo MEI para execução, será realizado juntamente com o pagamento dos serviços, sendo adotados os valores constantes das tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) e do Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE) para pagamento.

8.8.1. Caso algum dos insumos adquiridos pelo MEI não esteja previsto nas tabelas mencionadas, o valor devido será aquele resultante da média de 3 preços obtidos por meio de pesquisa de preços prévia.

Do recebimento

8.9. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.10. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.11. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.12. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.13. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.14. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 8.14.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 8.14.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.14.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 8.14.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.14.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 1 (um) dia útil, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 8.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
 - 8.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

- 8.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.16.4. Comunicar ao contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.16.5. Enviar a documentação pertinente ao Departamento de Contabilidade e Finanças para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021
- 8.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 8.22.1. o prazo de validade;
 - 8.22.2. a data da emissão;
 - 8.22.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.22.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.22.5. o valor a pagar; e
 - 8.22.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 8.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 8.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.30.1. Considerando tratar-se de contratação de Microempreendedores Individuais, cujo tratamento diferenciado de pagamento é assegurado pelo inciso II, do art. 9º, da IN 77/2022 - SEGES/ME, bem como pela Portaria nº 712/2024 - GR, o pagamento aos contratados será realizado no prazo de até 15 dias, contados da emissão da nota fiscal.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

8.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.32. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de credenciamento, na modalidade de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será de forma indireta, empreitada por preço unitário, sob o regime de tarefa

Exigências de habilitação

9.3. Previamente à, a emissão da nota de empenho, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 9.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 9.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 9.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 9.12. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

- 9.17. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

- 9.21. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- 9.22. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.22.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, de acordo com a tabela constante do 2 deste termo de referência.
- 9.23.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.23.2. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.284.425,41 (Um milhão e duzentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 2 deste Termo de Referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos conforme a indicação abaixo:

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO.

Unid. Orçamentária: 0202 - GABINETE DO PREFEITO.

Funcional programática: 02.0202.04.122.0030.2002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO(A) PREFEITO(A).

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS, LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO.
Unid. Orçamentária: 0303 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS, LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO.

Funcional programática: 03.0303.04.122.0030.2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS, LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Unid. Orçamentária: 0404 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Funcional programática: 04.0404.04.123.0030.2004 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Unid. Orçamentária: 1212 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Funcional programática: 12.1212.04.121.0004.2135 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, LAZER, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Unid. Orçamentária: 0505 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE, LAZER, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.

Funcional programática: 05.0505.04.122.0030.2136 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO, LAZER, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Funcional programática: 05.0505.12.361.0032.2013 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL

Funcional programática: 05.0505.12.361.0041.2014 AÇÕES MANTIDAS PELA COTA MUNICIPAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE LEI Nº 10832.

Funcional programática: 05.0505.12.361.0030.2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE).

Funcional programática: 05.0506.12.361.0041.2011 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNDEB 30%.

Funcional programática: 05.0506.12.365.0041.2015 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL FUNDEB 30%.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unid. Orçamentária: 0607 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unid. Orçamentária: 0608 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Funcional programática: 06.0608.10.302.0045.2034 BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PÚBL.DE SAÚDE (ATENÇÃO ESPECIALIZADA) - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR.

Funcional programática: 06.0608.10.301.0047.2024 BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PÚBL.DE SAÚDE - (ATENÇÃO PRIMÁRIA).

Funcional programática: 06.0608.10.302.0046.2077 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE REFERENCIA A SAÚDE DO TRABALHADOR (CEREST).

Funcional programática: 06.0607.10.122.0030.2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Funcional programática: 06.0608.10.302.0045.2125 BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PÚBL.DE SAÚDE (ATENÇÃO ESPECIALIZADA) - ATENÇÃO DOMICILIAR (MELHOR EM CASA).

Funcional programática: 06.0608.10.305.0046.2055 BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PÚBL.DE SAÚDE (VIG. EM SAÚDE) - PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAUDE (PFVS).

Funcional programática: 06.0608.10.301.0037.2023 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Funcional programática: 06.0608.10.301.0024.1007 - BLOCO DE EST.DA REDE DE SERV.PÚBL.DE SAÚDE (AT.PRIMÁRIA) - CONST., REF.E/OU AMPLIAÇÃO DE UNIDADES BASICAS DE SAÚDE – UBS

Funcional programática: 06.0608.10.301.0024-1048 - REQUALIFICAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (REQUALIFICAÇÃO UBS)

Funcional programática: 06.0608.10.302.0045.2034 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PÚBL.DE SAÚDE (ATENÇÃO ESPECIALIZADA) - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR

Funcional programática: 06.0608.10.301.0047-2024 - BLOCO DE MANUT.DAS AÇÕES E SERV.PÚBL.DE SAÚDE - (ATENÇÃO PRIMÁRIA)

Funcional programática: 06.0608.10.301.0037-2023 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONTROLE E DESENVOLVIMENTO.

Unid. Orçamentária: 0709 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONTROLE E DESENVOLVIMENTO URBANO.

Funcional programática: 07.0709.25.752.0048.2039 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES RELACIONADAS A ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elemento de Despesa: 3390.36. - Outros serviços de terceiros - Pessoa Física

Elemento de Despesa: 4490.51. - Obras e instalações

Elemento de Despesa: 4490.93 - Indenizações e restituições

Elemento de Despesa: 3190.04 - Contratação Por Tempo Determinado

Elemento de Despesa: 3190.11 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Elemento de Despesa: 3190.13 - Obrigações Patronais

Elemento de Despesa: 3390.14 - Diárias - Pessoal Civil

Elemento de Despesa: 3390.30 - Material De Consumo

Elemento de Despesa: 3390.33 - Passagens E Despesas Com Locomoção

Elemento de Despesa: 3390.35 - Serviços De Consultoria

Elemento De Despesa: 4490.52 - Equipamentos E Material Permanente

Elemento de Despesa: 3390.48 - Outros Auxílios Financeiros A Pessoa Física

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS.

Unid. Orçamentária: 0810 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS.

Funcional programática: 08.0810.20.606.0027.2091 APOIO AS ATIVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Elemento de Despesa: 3190.04 - Contratação Por Tempo Determinado

Elemento de Despesa: 3190.11 - Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Elemento de Despesa: 3190.13 - Obrigações Patronais

Elemento de Despesa: 3190.92 - Despesas De Exercícios Anteriores

Elemento de Despesa: 3390.04 - Contratação Por Tempo Determinado - Pessoa Civil

Elemento de Despesa: 3390.14 - Diárias - Pessoal Civil

Elemento de Despesa: 3390.30 - Material De Consumo

Elemento de Despesa: 3390.33 - Passagens E Despesas Com Locomoção

Elemento de Despesa: 3390.36 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física

Elemento de Despesa: 4490.51 - Obras E Instalações

Elemento de Despesa: 4494.52 - Equipamentos E Material Permanente

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 0911 - SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 0912 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0911.08.243.0034.2050 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0912.08.244.0050.2185 PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0912.08.244.0008.2213 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0912.08.122.0050.2020 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0911.08.122.0030.2048 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0912.08.244.0026.1044 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - SCFV (BLS/PSB).

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0912.08.244.0008.2212 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0911.08.244.0026.1073 – CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO DO COMPLEXO NUTRICIONAL.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0911.11.122.0049.2179 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE FOMENTO AO EMPREENDEDORISMO E FORTALECIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 09.0911.08.573.0032.2176 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CENTRO DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA ONFECCÕES.

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.30 – MATERIAL DE CONSUMO.

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

Órgão: 10 - SMTT - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

Unid. Orçamentária: 1013 - SMTT - SUP. MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

Funcional programática: 10.1013.26.122.0030.2097 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Órgão: 10 - SMTT - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

Unid. Orçamentária: 1013 - SMTT - SUP. MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

Funcional programática: 10.1013.26.122.0030.2097 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

Elemento de Despesa: 3390.30 – Material de Consumo.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Santana do Ipanema - AL, 04 de novembro de 2024.

Maykon Antônio Barbosa Silva
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos,
Controle e Desenvolvimento Urbano



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

ANEXO I

**MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE
RESULTADO – IMR**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o instrumento entre o Microempreendedor Individual (MEI) e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço com nível satisfatório de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços do MEI será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o item de sanções do Termo de Referência, caso o MEI não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pelo MEI como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

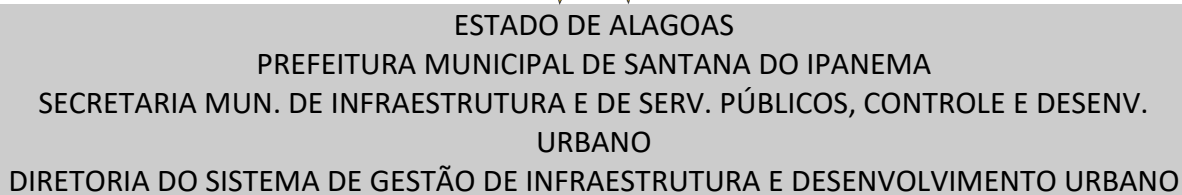
2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, o MEI deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

2.5. O IMR será implementado em cada serviço prestado, cabendo ao Fiscal a sua avaliação.

2.6. Para consecução destes objetivos deverão ser adotadas as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

3.1. A avaliação do serviço corresponde à atribuição de notas para cada item a ser avaliado, a saber:



Aferição: Condicionada à verificação pelo Fiscal do Contrato (ou à comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência).

- 1 - Utilização de itens do equipamento de proteção individual;
- 2 - Pontualidade para início da prestação do serviço, por período de até 30 (trinta) minutos;
- 3 - Conformidade no período máximo estipulado para a execução do serviço, contado a partir do lançamento da ordem de serviço (ex: período máximo é de 2 dias e levou até 4 dias para executar);
- 4 - Tratamento adequado com o público;
- 5 - Tratamento adequado com servidor público ou supervisor;
- 6 - Uso racional de materiais e ferramentas de trabalho;
- 7 - Manutenção do ambiente de trabalho em condições adequadas de organização e limpeza;
- 8 - Cumprimento de determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador;
- 9 - Comunicação imediata à CONTRATANTE quando houver qualquer anormalidade ou informação que possa vir a representar algum risco para que sejam adotadas as providências necessárias para regularização.
- 10 - Utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilização com qualidade ou quantidade compatíveis ao demandado;
- 11 - Reparação, correção, remoção ou substituição, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato dos serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12 - Atendimento às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

3.3. Para cada item a ser observado, atribuir-se-á nota entre 0 e 10 pontos. Sendo assim, a nota final máxima de cada serviço será de 120 pontos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

4. CRITÉRIOS DOS ITENS AVALIADOS

4.1. De acordo com as ocorrências constatadas na execução do serviço, a pontuação do MEI será avaliada conforme a seguinte premissa:

Pontuação por serviço = Somatório das notas de cada item a ser observado (Valor máximo: 120 pontos)

4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios se tiverem nota abaixo de 60 pontos.

4.3. O MEI poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do MEI.

5. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

5.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas à seguinte faixa de tolerância:

Faixa de Pontuação Obtida	Percentual de pagamento
120 a 100	Pagamento integral
Abaixo de 100	Proporcional à nota obtida (ex: pontuação de 85 = pagamento de 85% do valor do serviço)

5.2. Haverá possibilidade de penalidade nas seguintes condições:

5.2.1. Final de fila para pontuação abaixo de 60 pontos.

5.2.2. Descredenciamento para pontuação abaixo de 40 pontos;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO IPANEMA
SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E DE SERV. PÚBLICOS, CONTROLE E DESENV.
URBANO
DIRETORIA DO SISTEMA DE GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

6. FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

A pontuação será atribuída pelo fiscal e ratificada pelo gestor do contrato. O MEI terá acesso a sua pontuação após a execução do serviço. A emissão da nota fiscal estará condicionada a esse resultado.

Santana do Ipanema -
AL, _____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA